

ONTEM E O HOJE DOS NOMES GEOGRÁFICOS DA IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS/RJ

<https://doi.org/10.4215/rm2023.e22018>

Laeta, T. ^{a*} - Fernandes, M.C. ^b

(a) Doutora em Geografia.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1607-5640>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/8523267137545220>.

(b) Doutor em Geografia.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4500-0624>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/7728389320504879>.

Article history:

Received 05 August, 2023

Accepted 15 August, 2023

Published 30 August, 2023

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UFRJ. Av. Athos da Silveira, 274, Cidade Universitária, CEP: 21941916, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Phone: (+ 55 21) 25901880

E-mail: tainalaeta@gmail.com

Resumo

A Cartografia Histórica junto a Toponímia Histórica possibilita entender a dinâmica do espaço geográfico através do processo de ocupação, ou seja, os mapas históricos contribuem no estudo toponímico, onde os nomes geográficos se apresentam como testemunhos do processo de ocupação de determinado território e dinâmica do espaço geográfico. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar a dinâmica espacial quanto à origem dos nomes geográficos da área gênese da imperial cidade de Petrópolis/RJ. Para tanto, contou com os documentos históricos cartográficos Planta Koeler – 1846 e Planta Otto Reimar – 1854, e a base cartográfica de 1999. Para tanto, foram realizadas as extrações dos nomes geográficos contidos nos três referidos documentos cartográficos e sua posterior classificação. Resultados mostram a prevalência de nomes geográficos de origem germânica e portuguesa, entretanto, os nomes de origem germânica foram deixados em desuso com o passar do tempo. Isto se deve ao fato dos nomes geográficos de origem germânica estarem muito relacionados aos colonos que ali se instalaram em meados do século XIX. Porém, posteriormente, predominou-se indivíduos de origem portuguesa, o que também é associado as diferentes entradas da cidade que sugeriram ao longo do tempo e se tornaram vetores de modificações desses nomes.

Palavras-chave: Cartografia Histórica. Toponímia histórica. Planta Koeler. Planta Otto Reimar.

Abstract / Resumen

YESTERDAY AND THE TODAY OF THE GEOGRAPHIC NAMES OF THE IMPERIAL CITY OF PETRÓPOLIS/RJ

Historical Cartography along with Historical Toponymy makes it possible to understand the dynamics of geographic space through the occupation process, that is, historical maps contribute to the toponymic study, where geographic names present themselves as testimonies in the process of occupation of a given territory and space dynamics geographical. In this sense, the objective of the present work is to analyze the spatial dynamics regarding the origin of the geographical names of the genesis area of the imperial city of Petrópolis/RJ. For this purpose, it relied on the historical cartographic documents Koeler Map – 1846 and Otto Reimar Map – 1854, and the cartographic base from 1999. Thus, the geographic names contained in the three referred cartographic documents were extracted and subsequently classified. Results show the prevalence of geographic names of Germanic and Portuguese origin, however, the names of Germanic origin went out of use over time. These geographical names of Germanic origin are closely related to the settlers who established themselves there in the mid-nineteenth century. However, the town was later occupied by, individuals of Portuguese origin, which is also associated with the creation of different entrances to the city and explains the modification of these names.

Keywords: Historical Cartography. Historical Toponymy. Koeler Map. Otto Reimar Map.

AYER Y EL HOY DE LOS NOMBRES GEOGRÁFICOS DE LA CIUDAD IMPERIAL DE PETRÓPOLIS/RJ

La Cartografía Histórica junto con la Toponímia Histórica permite comprender la dinámica del espacio geográfico a través del proceso de ocupación, es decir, los mapas históricos contribuyen al estudio toponímico, donde los nombres geográficos se presentan como testimonios en el proceso de ocupación de un territorio determinado y su dinámica. del espacio geográfico. En este sentido, el objetivo de este trabajo es analizar la dinámica espacial en torno al origen de los nombres geográficos del área de génesis de la ciudad imperial de Petrópolis/RJ. Para ello se basó en los documentos cartográficos históricos Planta Koeler – 1846 y Planta Otto Reimar – 1854, y la base cartográfica de 1999. En este sentido, se realizó la extracción de nombres geográficos contenidos en los tres documentos cartográficos referidos y su posterior clasificación. Los resultados muestran la prevalencia de nombres geográficos de origen germánico y portugués, pero, sin embargo, los nombres de origen germánico cayeron en desuso con el tiempo. Esto se debe a que los nombres geográficos de origen germánico están estrechamente relacionados con los pobladores que allí se asentaron a mediados del siglo XIX, sin embargo, posteriormente predominaron individuos de origen portugués, lo que también se asocia a las diferentes entradas a la ciudad que sugirieron con el tiempo y se convirtieron en vectores de modificaciones de estos nombres.

Palabras-clave: Cartografía Histórica. Toponímia Histórica. Planta Koeler. Planta Otto Reimar.

INTRODUÇÃO

A Cartografia Histórica e a Toponímia possibilitam o estudo do espaço geográfico do passado por meio da dinâmica de ocupação, através da representação em mapas históricos no que tange a alteração da paisagem, ocupação do território, mudança nos limites administrativos e instalação de núcleos urbanos. Como também pela ação humana no ato de nomear, estabelecendo uma relação cultural com o lugar estando diretamente relacionada ao processo de ocupação de determinada área.

Desta maneira, os mapas podem ser compreendidos como importantes documentos históricos, uma vez que preservam informações referentes às configurações espaciais de seu tempo, tais como aspectos políticos, econômicos e sociais, e as técnicas utilizadas para sua confecção (SANTOS et al., 2009). Vale acrescentar que os mapas também são importantes documentos históricos que permitem estudos comparativos de mudança na dinâmica da paisagem (FERNANDES, et al., 2020; LAETA et al., 2023).

Nesse sentido, os mapas contribuem no estudo toponímico, visto que os nomes geográficos são verdadeiros testemunhos no processo de ocupação de determinado território, pois o ato de nomear reflete a atividade humana e traz consigo especificidades culturais dos povos que ali habitam ou habitaram. Segundo Dick (1990), esse ato de nomear marca o presente para que seja deixado o conhecimento para as gerações futuras, desta maneira, “o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”.

De acordo com Santos (1994) e Tuan (1983) o conceito de lugar pode estar relacionado com vínculos de proximidade e carinho que as pessoas têm com determinada parcela do espaço ligadas à sua vida diária. No lugar são expressas as relações de sentimentos que os indivíduos constroem seus valores, de modo que o lugar é diretamente relacionado a experiências culturais e consequentemente a identidade e a vida diária de um indivíduo e também de uma sociedade.

A Onomástica é a área do conhecimento que estuda os nomes, onde encontra-se a subárea do conhecimento que estuda os nomes próprios, denominada Topomástica. Esta última se subdivide em outros dois ramos, são eles: a antropotoponímia que estuda os nomes das pessoas e a toponímia que estuda os nomes dos lugares.

Etimologicamente, o vocábulo toponímia é formado por dois radicais gregos: *topos* + *onoma*, *topos* significa lugar e *onoma* nome. Os topônimos ou nomes geográficos podem ser considerados termos sinônimos, visto que ambos nominam um lugar, uma feição geográfica, seja ela natural ou antrópica (MENEZES & SANTOS, 2008).

Segundo Dick (1990), o campo de pesquisa dos nomes geográficos é uma área do conhecimento humano de grande complexidade linguístico-cultural, e, por isso, implica na sobreposição de dados e informações de outras ciências, estando relacionada com a geografia, cartografia, história, antropologia, entre outras.

Os nomes geográficos são compostos de dois termos, um relativo à entidade geográfica denominado termo genérico e outra relativa ao que Dick (1990) define como sendo o topônimo propriamente dito, isto é, o termo que dará particularidade a noção espacial, identificando-o e singularizando-o dentre outras semelhantes e que será denominado de termo específico.

Ainda nesse sentido, Menezes e Santos (2008) apontam que a Cartografia considera impositivamente esses dois termos componentes do nome geográfico, onde a parte genérica indica a que tipo de acidente se refere o nome, enquanto a parte específica particulariza, identifica e qualifica com precisão o referido acidente, ao mesmo tempo que exprime um atributo característico do lugar.

Entretanto, vale ressaltar, que na identificação e extração dos nomes geográficos nos mapas históricos observa-se por vezes não ter registro seu termo específico. Por exemplo, considere hipoteticamente que o nome geográfico “povoado de São Pedro de Alcântara” constasse no documento histórico cartográfico apenas como “povoado”, isto é, o termo genérico está presente, mas ausente o termo específico que é o conjunto de palavras “São Pedro de Alcântara”.

Para a linguística isto é um empecilho na classificação taxonômica proposta por Dick (1990), porém para a compreensão do processo de ocupação do território o nome geográfico “povoado” é importante, pois reflete a instalação de um núcleo urbano.

Diante da necessidade de uma classificação que contemplasse a temática geográfica espacial, foi elaborada de uma nova proposta de Menezes (2020): “Extração de Nomes Geográficos em Mapas Antigos ou Históricos”, a fim de complementar a classificação proposta por Dick (1990) e, assim, compreender melhor o processo de organização do espaço geográfico e de ocupação de determinado território.

Partindo do exposto, é definido como objetivo deste artigo analisar espacialmente a origem dos nomes geográficos, a prevalência do grupamento geográfico a que pertencem seguida de seu identificador geográficos para assim ajudar a compreender o processo de ocupação da área gênese da cidade imperial de Petrópolis, a partir de documentos históricos cartográficos e a base cartográfica mais contemporânea. Desta forma, busca-se entender com base na análise dinâmica toponímica se as origens de colonização europeia se cristalizaram ou foram se perdendo ao longo do tempo em diferentes espacialidades que contemplam a área em questão.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS PARA COMPREENSÃO DOS SEUS NOMES GEOGRÁFICOS

Para uma melhor compreensão da contextualização histórica e econômica de Petrópolis, em meados da primeira metade do século XIX o império brasileiro necessitava de medidas nacionais para integração e ocupação de seu imenso território, sendo elas: estradas e colonização.

Os caminhos do ouro foram fundamentais na criação da cidade de Petrópolis. Desde os tempos coloniais, foram estabelecidos caminhos de ligação entre as cidades portuárias e o interior da colônia, mais precisamente para a Comarca da Vila Rica que contava com povoações de destaque, como Vila Rica (Ouro Preto) e Mariana (COSTA, 2015; SANTOS et al., 2011), onde desde o final do século XVII descobriu-se ouro em abundância.

A colonização da região serrana do estado do Rio de Janeiro e consequentemente a cidade de Petrópolis nasce da necessidade da abertura de um novo caminho para escoar a exploração aurífera proveniente das Minas Gerais com destino ao porto do Rio de Janeiro e que posteriormente seguia para Lisboa. Assim, no início do século XVIII a coroa portuguesa solicita a abertura de um novo caminho do ouro, o qual foi iniciado pelo Capitão-Mor Garcia Pais e concluído pelo Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença.

Este caminho também é conhecido como “Caminho Real das Minas Gerais”, “Caminho da Serra da Estrela”, “Caminho do Proença”, ou mais popularmente como “Caminho do Ouro” ou “Caminho dos Mineiros”, tendo sido traçado pelo vale do rio Piabanha, chegando ao porto da Estrela no rio Inhomirim, e concluído no ano de 1725 (Figura 1) (RABAÇO, 1985.).

Algumas peculiaridades se destacam na criação da imperial cidade de Petrópolis, por exemplo, apesar do Brasil ter sido uma colônia portuguesa, e, consequentemente, ter surgido sob o sistema político imperial brasileiro, a cidade de Petrópolis teve como seu idealizador e autor do primeiro documento cartográfico da cidade, a Planta de Petropolis – 1846 também conhecida como Planta Koeler – 1846, o Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler, de descendência alemã, responsável pelo seu traçado urbano e processo de ocupação.

Caminhos Novos das Minas Gerais

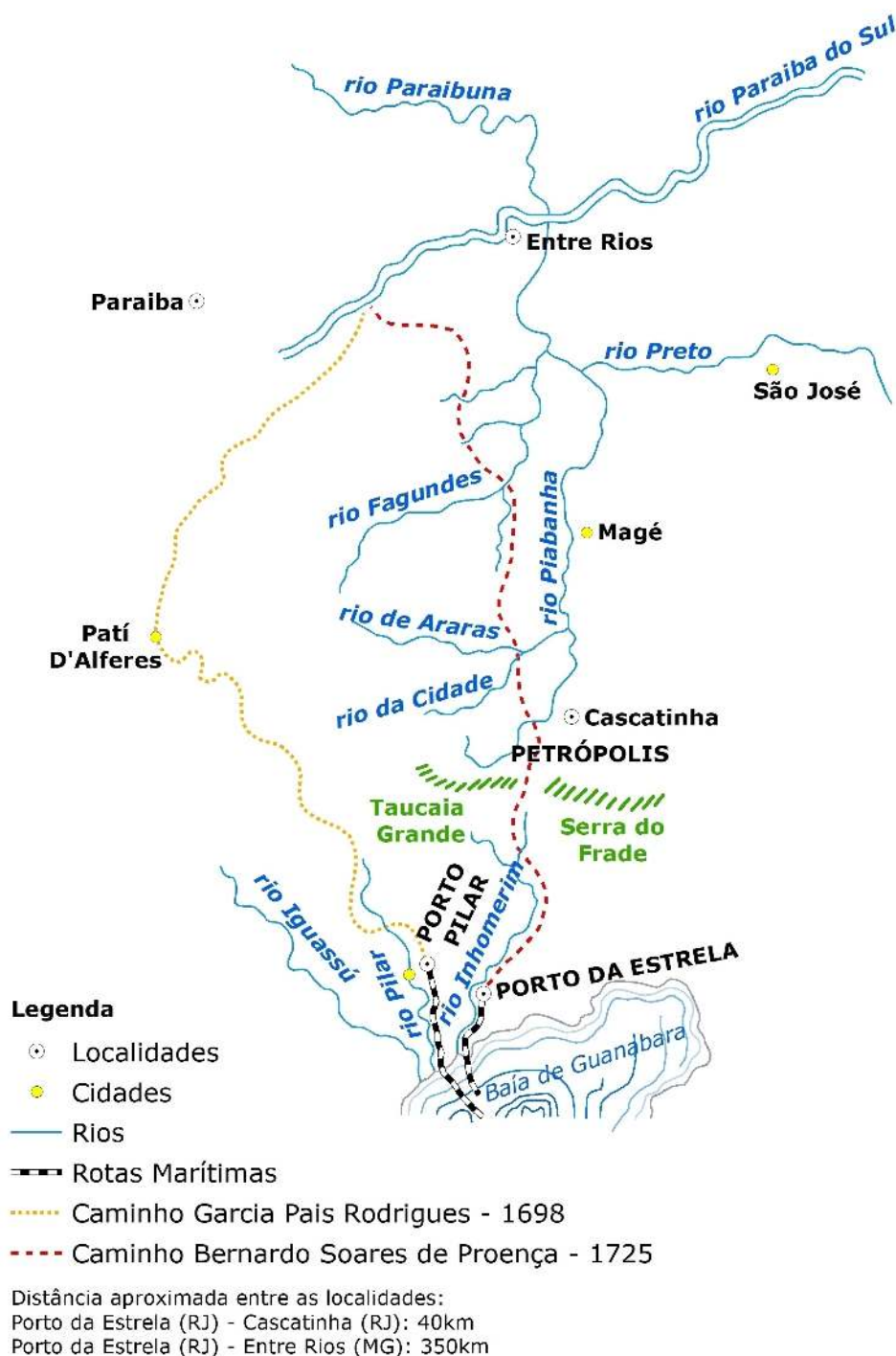


Figura 1 – Croqui dos novos caminhos de ligação do porto do Rio de Janeiro, partindo da baía de Guanabara para as Minas Gerais. Fonte: Elaboração própria, adaptado de Lamego (1963) & Rabaço (1985) (LAETA, 2021).

A figura 2 apresenta a localização da cidade de Petrópolis, na sua conformação atual, a área gênese delimitada na Planta Koeler – 1846, as três bacias hidrográficas que norteiam o processo de

planejamento da cidade – bacia do rio Palatino, Quitandinha e Piabanha, e as principais rodovias de acesso do município existentes até a década de 1970 do século passado (LAETA et al., 2023).

O referido documento histórico cartográfico foi elaborado a partir do Decreto Imperial nº 155, também conhecido como Plano-Povoação Palácio de Verão (BRASIL, 1843), lavrado na data de 16 de março de 1843, sendo o documento que dá origem do processo de povoação da cidade.

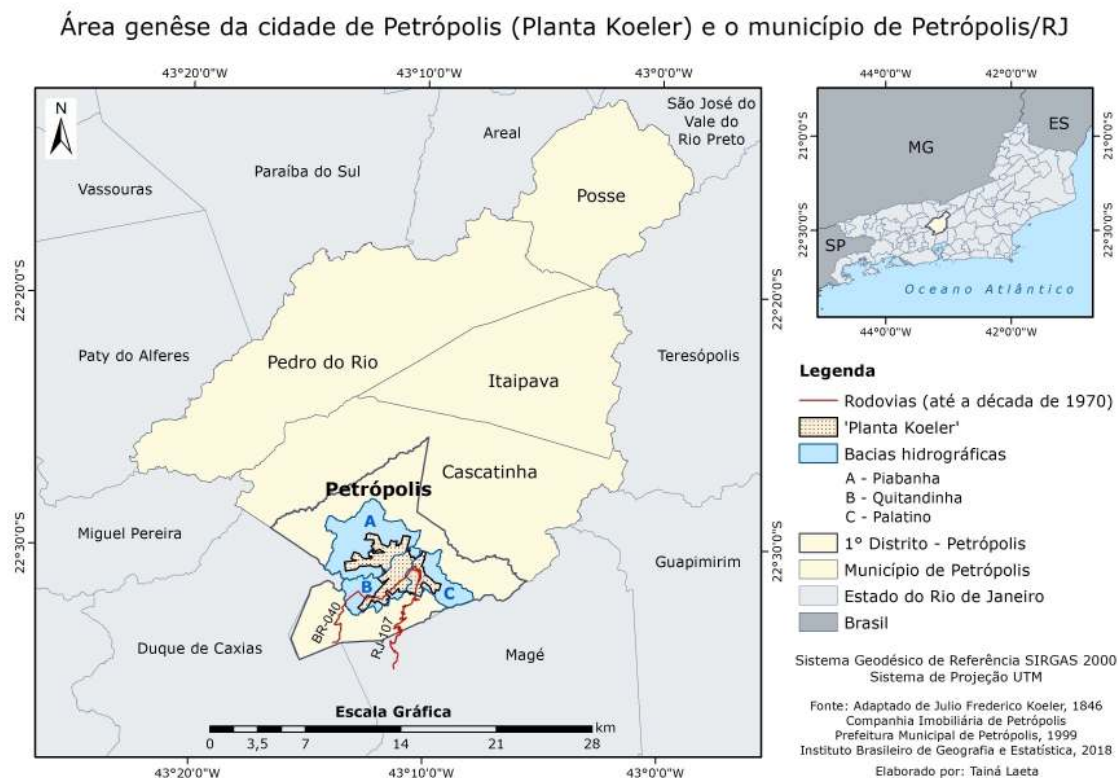


Figura 2 – Área de estudo com os municipais de Petrópolis, com destaque para o 1º distrito, as bacias hidrográficas e os limites da Planta Koeler – 1846. Fonte: Elaboração própria.

Outra peculiaridade está relacionada ao processo de ocupação desta localidade com a ideia inicial de instalar uma colônia agrícola. A primeira tentativa de colonização em terras petropolitanas foi do alemão, naturalizado russo George Heinrich von Langsdorff, cônsul-geral da Prússia no império do Brasil, província do Rio de Janeiro, quando no ano de 1816 adquiriu a fazenda da Mandioca. A segunda tentativa e de fato a implementada foi realizada pelo alemão Julio Frederico Koeler a partir de 1840 (LACOMBE, 1939).

O imperador Dom Pedro I já havia demonstrado interesse na compra de uma fazenda para assim construir seu palácio imperial, configurado na proposta de compra da fazenda dos Corrêas, sendo esta recusada pela irmã do padre Antonio Tomaz de Aquino Correa Goulão, Dona Arcângela Joaquina da Silva Goulão, que alegou promessa familiar de nunca vender a propriedade.

Assim, o Imperador adquiriu em 1830 a fazenda do Córrego Seco, pertencente ao Sargento-Mor José Vieira Affonso e sua esposa Dona Ritta Maria de Jesus (FRÖES, 2002; FRÖES, 2006). Localizada no Alto da Serra, tinha como objetivos nas terras da fazenda a construção de um palácio imperial e a instalação de uma colônia agrícola.

O projeto, porém, teve que ser adiado, pois na data de 07 de abril de 1831, o imperador Dom Pedro I abdica de seu trono e retorna a Portugal para liderar a Revolução Constitucionalista do Porto contra seu irmão, o absolutista Dom Miguel.

O herdeiro do trono brasileiro, Dom Pedro II, retoma a intenção da construção de um palácio imperial com um projeto mais modesto que o de seu pai, através da intermediação do engenheiro e

Mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa e apoio do Presidente da Província do Rio de Janeiro (Visconde de Sepetiba – Aureliano de Souza Coutinho), que confiou a tarefa a Julio Frederico Koeler (LACOMBE, 1939; NEVES & ZANATTA, 2016). Assim, no ano de 1833, quando Paulo Barbosa assumiu a Mordomia Imperial, a construção de um palácio de verão para o soberano no Alto da Serra já se encontrava entre as suas preocupações.

No que tange a criação e instalação de uma colônia agrícola em terras petropolitanas é implementada com a utilização de colonos alemães. No ano de 1837 o navio francês *La Justine* com destino a Sidney na Austrália com 238 imigrantes alemães aporta no Rio de Janeiro em razão de uma revolta a bordo de seus tripulantes contra o capitão contra as péssimas condições da viagem.

Nessa mesma época Julio Frederico Koeler estava incumbido nos trabalhos da “Estrada Normal” que ligaria o porto da Estrela a Paraíba do Sul, passando pela fazenda do Córrego Seco. Os imigrantes que se encontravam no navio *La Justine* aportado no Rio de Janeiro logo despertaram interesse de Koeler, que já há tempos tentava emplacar ao melhor proveito na utilização de mão-de-obra europeia substituindo a mão-de-obra escravizada. (LACOMBE, 1939; RYBEROLLES, 1859).

A lei provincial nº 56, de 01 de maio de 1840, sob a presidência interina de Caldas Vianna foi fundamental para a implementação do plano de colonização. O governo foi autorizado a promover o estabelecimento de colônias agrícolas e adquirir terras com o intuito de loteá-las para os colonos. Soma-se ainda a elaboração de uma comissão ou um diretor para a criação de colônias, sob a incumbência de Julio Frederico Koeler (LACOMBE, 1939). De acordo com Arbos (1946), os colonos alemães eram empregados na construção de estradas e outras obras da província.

METODOLOGIA

Para elaboração da pesquisa, inicialmente foram obtidas duas plantas históricas. A primeira delas, a Planta de Petrópolis – 1846, também conhecida como Planta Koeler – 1846, aquarelada com dimensões de 129,2 centímetros de altura por 128,9 centímetros de largura que se encontra guardada na Companhia Imobiliária de Petrópolis (CIP). Esta sucedeu a antiga Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis, da qual Koeler foi o primeiro diretor (LAETA & FERNANDES, 2021).

O segundo documento cartográfico de Petrópolis pesquisado é a planta elaborada por Otto Reimar, intitulada Planta da Imperial Colonia de Petrópolis (reduzida para guia dos visitantes) – 1854, aqui referida como Planta Otto Reimar – 1854. Esta foi impressa no Rio de Janeiro pela Lithographia Imperial de Resenbourg, sob a responsabilidade do litógrafo Louis Wiegand. É aquarelada e com dimensões de 29,4 centímetros de altura x 41,2 centímetros de largura, arquivada na Biblioteca Nacional (BN) (LAETA & FERNANDES, 2021).

O crescente uso das geotecnologias em mapas históricos, através do georreferenciamento permite que haja uma compatibilização, ou melhor, sobreposição das plantas históricas e a base cartográfica, proporcionando uma melhor análise nas mudanças ocorridas no espaço geográfico em momentos distintos. Nesse sentido, as plantas históricas foram georreferenciadas, isto é, coordenadas nos documentos históricos cartográficos foram identificadas e relacionadas a um sistema de referência espacial.

No processo de georreferenciamento das duas plantas históricas foram plotados 30 pontos. No presente trabalho, onde as imagens são mapas históricos, muitas vezes não possuem alta resolução em decorrência da perda de qualidade no processo de digitalização. Desta maneira, no georreferenciamento foi utilizado a transformação polinomial de primeira ordem afin (Affine), que se caracteriza por corrigir as distorções de escala, deslocamento e rotação existente entre a imagem (planta histórica) e a base de dados.

O método de interpolação utilizado foi o vizinho mais próximo, que é caracterizado por ser local e determinístico, onde a interpolação é definida pela escolha de uma amostra vizinha para cada ponto da grade, assim é atribuído para cada nó da grade o valor do ponto mais próximo. (CRÓSTA, 1992; MENESES & ALMEIDA, 2012).

Após o georreferenciamento, foi possível conhecer as escalas das plantas históricas. Para a Planta Koeler – 1846 foi constatado que sua escala é 1:5.000, sendo classificada, por sua natureza de

representação, como cadastral. Já a Planta Otto Reimarus – 1854 possui escala de 1:34.000, ou seja, elaborado em escala menor. Vale lembrar que suas dimensões são menores, correspondendo aproximadamente 23% de largura e 32% de altura da Planta Koeler – 1846 (Figura 3).

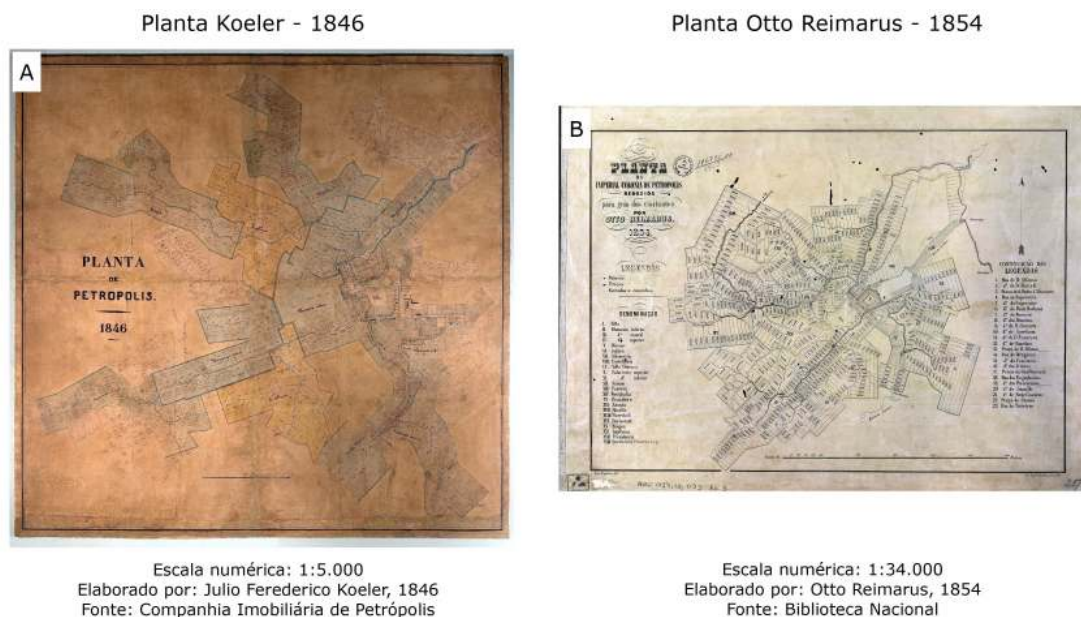


Figura 3 – A – Planta de Petrópolis – 1846, mais conhecida como Planta Koeler – 1846, elaborada por Julio Frederico Koeler; B – Planta da Imperial Colonia de Petrópolis (reduzida para guia dos visitantes) – 1854, elaborada por Otto Reimarus. Fonte: Companhia Imobiliária de Petrópolis e Biblioteca Nacional.

Posterior ao georreferenciamento foi realizada a extração de feições e dos nomes geográficos contidos em ambas as plantas históricas. Seguidamente, foi feita a classificação dos nomes geográficos quanto a sua origem para compreender o processo de nomeação e ocupação da cidade imperial de Petrópolis nas referidas plantas históricas, assim como, também classificados os nomes geográficos constantes na base cartográfica da Prefeitura Municipal de Petrópolis (PMP) na escala 1:10.000 do ano de 1999.

Após a classificação quanto a origem dos nomes, foi feita a classificação baseada na “Extração de Nomes Geográficos em Mapas Antigos ou Históricos” (MENEZES; 2020). Esse documento propõe que os nomes geográficos sejam classificados a partir do seu termo genérico, onde primeiro é considerado o grupo geográfico (GRUPO_GEO), ou seja, o grande agrupamento de feições de mesmo significado geográfico, para logo depois ser feita a classificação dentro do grupo geográfico, isto é, considerando a feição geográfica ou identificador geográfico (ID_GEO) (MENEZES, 2020) (Tabela 1).

Por último, após a classificação geográfica dos nomes geográficos extraídos de ambas as plantas históricas, foi realizada a análise espacial da distribuição da origem dos nomes geográficos associada ao tipo de grupo geográfico e identificador dentro dos limites da área gênese de Petrópolis. A síntese dos materiais e métodos pode ser elucidada na figura 4.

GRUPO GEOGRÁFICO (GRUPO_GEO)	IDENTIFICADOR GEOGRÁFICO (ID_GEO)
Administrativo	Capitania, país, província, estado, município, distrito
Descritivo	Todas as feições não enquadradas nas demais e que descrevem um lugar: lugar, marco, bosque, floresta, mato, rincão, campo, brejo
Étnico	Grupos indígenas, tribos, aldeia, nação, família, descritivo
Extrativismo	Mina, Mina de ouro, mina de ferro, salitre, salina, cristal
Hidrografia	Rio, córrego, canal, cachoeira, lagoa, lago, laguna, arroio, baixio, praia, porto, ilha, restinga, cabo, ponta, baía, barra, furo, batimetria, enseada, Igarapé, parcel, pesqueiro, ribeirão, recife, saco, vau
Localidades	Sítio, registro, freguesia, forte, fortaleza, cidade, vila, torre, igreja, quartel, lugar, povoado, fazenda, aldeia, curato, sede
Orografia	Morro, cerro, serra, desfiladeiro, vulcão, monte, pico, deserto
Rede Viária	Estradas, caminhos, trilha, ferrovias, rodovias
Outros	

Tabela 1 – Classificação geográfica dos nomes geográficos proposta por Menezes (2020). Fonte: Menezes (2020).

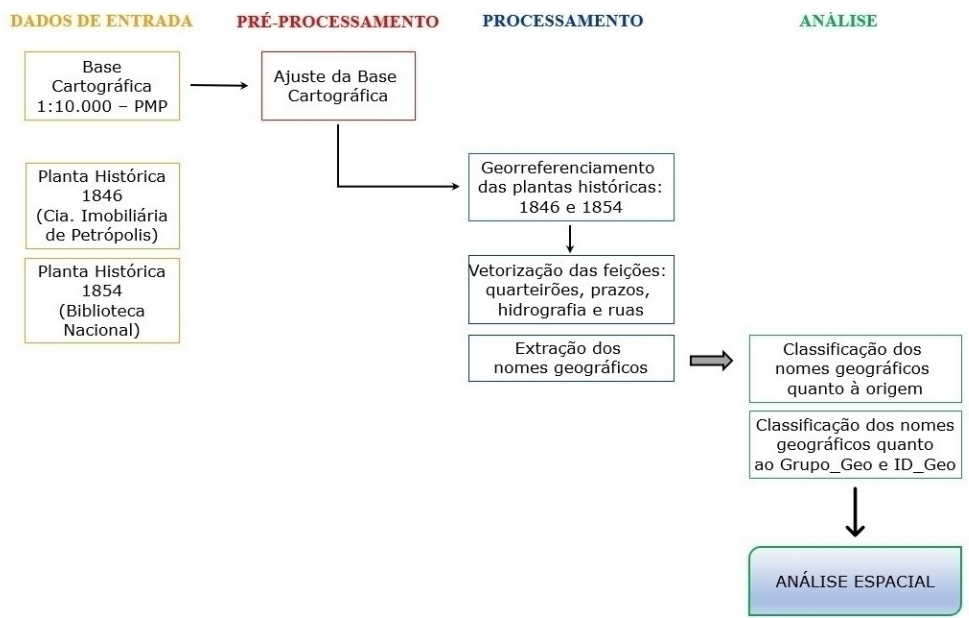


Figura 4 – Fluxograma das etapas da pesquisa. Fonte: Elaboração própria.

CLASSIFICAÇÃO DOS NOMES GEOGRÁFICOS PETROPOLITANOS

Assim como na Planta Koeler – 1846, a Planta Otto Reimarus – 1854 possui inscrições dos bairros e vilas imperiais, número de inscrições dos bairros imperiais, terrenos reservados à construção do palácio imperial, igreja de São Pedro de Alcântara, cemitério, bairros coloniais, rios principais e afluentes, ruas, caminhos, estradas, praças e algumas localidades. Entretanto, os nomes de vilas e bairros imperiais, ruas e praças aparecem pela primeira vez na forma de legenda.

Já no que se refere a base cartográfica da Prefeitura Municipal de Petrópolis – 1999, esta apresentou uma maior quantidade de classes dos nomes geográficos, pois se observou uma maior diversidade de feições. Entretanto, para fins de comparação adotou-se considerar as mesmas classes de feições encontradas nas plantas históricas: descritivo: lugar; hidrografia: rio, canal, córrego; ribeirão; localidade: bairro, palácio, museu, igreja, capela, carmelito, catedral, praça, bairro, cemitério; orografia: serra, morro; rede viária: rua, caminho, estrada, avenida, rodovia.

OS NOMES GEOGRÁFICOS DA IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS E SUA CLASSIFICAÇÃO QUANTO A ORIGEM

Segundo o Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no 1º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1846 a 1847, Petrópolis contava com um total de 2.105 indivíduos entre nacionais e estrangeiros, dos quais a maioria de origem alemã somando um total de 1.921 indivíduos (BRASIL, 1846).

O total populacional encontrava-se distribuído nos limites da Planta Koeler – 1846, que somava o total de área de 15,62 km², aproximadamente 2% da área atual total do município. O valor calculado foi obtido após o georreferenciamento e vetorização dos bairros imperiais (LAETA & FERNANDES, 2015; FERNANDES et al., 2017).

Para o documento seguinte, Planta Otto Reimarus – 1854, com os mesmos procedimentos realizados na planta histórica anterior, obteve-se um valor de área de 42,34 km² (LAETA, 2021), no entanto, não foi possível obter o valor de contingente populacional, mas especula-se que com o acréscimo do número de bairros imperiais, isto é, 13 na Planta Koeler – 1846 e posteriormente 23 na Planta Otto Reimarus – 1854, que a população tenha acompanhado tal expansão territorial. Já para o ano de 2022 o município de Petrópolis conta com um total populacional de 304.758 habitantes (IBGE, 2023).

Não se sabe ao certo o total populacional de Petrópolis nos dias de hoje considerando os limites dos bairros imperiais, mas como destacado acima e seguindo os registros dos censos decenais, considera-se que a população dos limites dos bairros imperiais tenha acompanhado a tendência de aumento para todo o município.

A tabela 2 mostra o total dos nomes geográficos extraídos e classificados quanto à origem. A Planta Koeler – 1846, apresentou um total de 70 nomes geográficos classificados, sendo sua maioria de origem germânica e portuguesa. Os nomes geográficos de origem germânica estão relacionados a mão-de-obra preponderantemente utilizada na colonização e povoação da cidade de Petrópolis. Já o alto registro de nomes geográficos portugueses se deve em decorrência da colonização do território brasileiro ter sido majoritariamente portuguesa. Vale recordar outro fato a corroborar com maior registro de nomes geográficos na Planta Koeler – 1846 é a escala em que o documento cartográfico foi elaborado, isto é, 1:5.000.

A Planta Otto Reimarus – 1854, apresentou um total de 55 nomes geográficos. Assim como a Planta Koeler – 1846, apresentou majoritariamente nomes geográficos de origem germânica e portuguesa. Ambas as plantas não registraram nomes geográficos híbridos, isto é, nomes com mais de uma origem. No entanto, vale complementar que a menor incidência de registro de nomes geográficos se deve a este documento histórico cartográfico ter sido elaborado em menor escala (1:34.000), ou seja, com mais generalização e menos detalhe.

No que diz respeito aos nomes geográficos da base cartográfica de 1999 é importante ressaltar que totalizou 237 nomes extraídos. Entretanto, a classificação quanto à origem gerou um total de 265 nomes geográficos. A razão está no fato dos nomes geográficos da base cartográfica de 1999 apresentar 26 nomes geográficos híbridos, ou seja, nomes geográficos registrando mais de uma origem. Relembrando que o mesmo não ocorreu com as plantas históricas de 1846 e 1854. A complementar que a escala da base cartográfica de 1999 é 1:10.000, e, assim, como o documento histórico cartográfico Planta Koeler – 1846, o valor de escala atende ao mapeamento cadastral, implicando em menos generalização e mais detalhe das feições mapeadas.

Origem	1846	1854	1999	
Germânica	23	17	20	
Portuguesa	37	29	194	
Outros	Angolana	-----	-----	2
	Dinamarquesa	1	-----	-----
	Francesa	2	3	10
	Hispânica	-----	1	10
	Indígena	3	3	7
	Inglesa	-----	1	4
	Italiana	2	-----	13
	Libanesa	-----	-----	1
	Prussiana	1	-----	-----
	Russa	1	-----	-----
	Suíça	-----	1	1
	SI	-----	-----	3
TOTAL	70	55	265	

Tabela 2 – Classificação dos nomes geográficos quanto a origem. Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que apesar do número maior de quarteirões imperais e consequentemente prazos imperiais, ou seja, expansão dos limites originais da Planta Koeler – 1846 para a Planta de Otto Reimar – 1854, os nomes geográficos registrados na planta histórica de 1854 são inferiores a planta de 1846.

Ratificando o exposto acima, a justificativa para esse fato decorre da escala cartográfica do documento histórico de 1854, onde a escala 1:34.000 é menor que a escala cartográfica 1:5.000 da planta histórica de 1846, soma-se ainda as dimensões dos referidos documentos cartográficos, onde a planta de 1854 representa aproximadamente entre 23% de largura e 32% de altura em relação ao documento cartográfico Planta Koeler – 1846 (LAETA, 2021).

OS NOMES GEOGRÁFICOS DA IMPERIAL CIDADE DE PETROPOLIS E SUA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO GRUPO GEOGRÁFICO E IDENTIFICADOR GEOGRÁFICO

A partir de Menezes (2020), os nomes geográficos das plantas históricas e da base cartográfica foram classificados quanto ao seu grupo geográfico (GRUPO_GEO), que considera feições de mesmo significado geográfico e posteriormente quanto ao seu identificador geográfico (ID_GEO), feição geográfica única ou identificador geográfico.

A tabela 3 mostra o total de cinco grupos geográficos, com destaque para os grupos descritivo e orografia que não têm nenhuma feição representada na Planta Koeler – 1846. Os demais grupos

geográficos (hidrografia, localidade e rede viária) foram todos representados nos três documentos cartográficos.

O grupo geográfico da hidrografia teve maior representação na Planta Koeler – 1846, vale recordar que a escala cartográfica da planta é 1:5.000, o que permite um maior detalhamento e representação das feições.

Soma-se ainda que esta planta histórica é norteadora do processo de ocupação de Petrópolis, e que junto ao Decreto Imperial nº 155 e outros documentos normativos subsequentes, irão estabelecer onde, como, quando e quem deveriam ocupar as terras petropolitanas. E por ser o primeiro documento cartográfico, remete que o processo de ocupação além de estar sendo realizado com normas, estava em seu estágio inicial, ou seja, implicando em pouca pressão populacional as margens da rede hidrográfica.

A Planta Otto Reimarus – 1854, pela razão de suas dimensões e escala, tem apenas os rios principais representados. A base cartográfica de 1999 apresentou uma menor quantidade de feição hidrografia representada, mas com uma diferenciação no identificador geográfico, ou seja, nas plantas históricas constatou-se apenas o identificador geográfico “rio”, já na base cartográfica outros identificadores foram registrados: canal, córrego e ribeirão.

O grupo geográfico “localidade” manteve registros muito semelhantes nas plantas históricas de 1846 e 1854, entretanto, na base cartográfica de 1999 os registros mais que dobraram, com destaque para três identificadores geográficos: bairro, igreja e quarteirão. Os identificadores geográficos quarteirão e bairro devem ser analisados conjuntamente, pois inicialmente de 1846 para 1854, isto é, em um intervalo de oito anos houve um acréscimo de 10 quarteirões, decorrente da expansão da área gênese de Petrópolis traçada por Julio Frederico Koeler.

Já para o ano de 1999 observa-se uma diminuição no número de quarteirões, registrando o número total de oito, mas há de ressaltar que concomitantemente o número de bairros registrados foi de 19 (Tabela 3). Analisando o nome dos quarteirões extintos e dos bairros criados, observou-se que alguns bairros tomaram para si a designação de alguns antigos quarteirões imperiais. No que tange o identificador geográfico “igreja”, tanto na Planta Koeler – 1846, quanto na Planta Otto Reimarus – 1854 há somente o registro da Igreja de São Pedro de Alcântara. Já o ano de 1999 registra 27 igrejas.

Por último, o grupo geográfico “rede viária” registra o acréscimo de 15 na Planta Koeler – 1846 para 21 registros na Planta Otto Reimarus – 1854, no entanto, destaca-se o aumento significativo de 21 para 149 em 1999. Também há de salientar a ocorrência de dois novos identificadores geográficos: avenida e rodovia, pois não há registros nas plantas históricas de 1846 e 1854, isto é, vias públicas de maior extensão e maior quantidade de pistas, e consequentemente com maior circulação de pessoas, veículos e produtos.

Porém, o maior destaque no grupo geográfico “rede viária” está no identificador geográfico “rua” que assinalava os valores de 14 e 19 respectivamente para os anos de 1846 e 1854 e, posteriormente, 128 para o ano de 1999. Esse aumento expressivo mostra um intenso processo de ocupação da cidade petropolitana com a necessidade de abertura de novas vias para construção de novas moradias e circulação de pessoas.

De maneira geral, os grupos geográficos apresentaram aumento significativo na base cartográfica do final do século XX em comparação nos documentos históricos cartográficos da metade do século XIX. A exceção fica assinalada no grupo geográfico da “hidrografia” que reduziu os registros de nomes geográficos relacionados a referida feição.

Neste ponto vale ressaltar também a mudança da conjuntura urbana do município, que se intensificou, e, assim, elementos naturais vão deixando de ter importância no cotidiano das cidades em relação aos elementos construídos, pois estes fazem parte do dia a dia de deslocamento e de orientação dos cidadãos.

Grupo GEO	1846	1854	1999	ID GEO	1846	1854	1999
Descritivo			1	Lugar		1	1
				Rio	24	4	11
				Canal			1
				Córrego			2
				Ribeirão			1
				Quarteirão	13	23	8
				Bairro			19
				Palácio	1		4
				Museu			1
				Igreja	1		27
				Capela			2
				Carmelo			1
				Catedral			1
				Praça	14	4	1
				Quartel	1		
				Cemitério	1		2
				Serra		1	
				Morro			6
				Rua	14	19	128
				Caminho		1	
				Estrada	1	1	7
				Avenida			12
				Rodovia			2
TOTAL	70	54	237		70	54	237

Table 3 – Classificação dos nomes geográficos quanto ao grupo geográfico e subsequentemente aos identificadores geográficos nas plantas histórico cartográficas. Fonte: Elaboração própria.

Ou seja, em um deslocamento na cidade é usual se guiar pelas ruas que constroem a trama urbana do que seguir caminhos definidos por rios. Isso também intensifica o não reconhecimento de elementos naturais, onde os cidadãos não sabem mais os nomes dos rios que compõem seu espaço cotidiano, por não os utilizarem como orientadores de deslocamento ou simplesmente pelo fato de não serem mais visíveis, como quando de suas canalizações em subsuperfície.

OS NOMES GEOGRÁFICOS DA IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS: ONTEM E HOJE

Após os resultados obtidos com a classificação geográfica dos nomes geográficos petropolitanos referentes aos anos de 1846, 1854 e 1999, um questionamento pertinente é: como esses nomes geográficos se distribuíam no passado e onde se encontram hoje?

Antes, porém, é importante já destacar dois pontos que contribuíram diretamente nos nomes geográficos desta futura cidade imperial, são eles: Julio Frederico Koeler, de origem alemã e a própria origem da corte brasileira. Tais contribuições serão discutidas com mais detalhes a seguir.

No passado, na Planta Koeler – 1846 e Planta Otto Reimarus – 1854, nota-se uma concentração de nomes de origem portuguesa na Villa Imperial em razão de ser a morada do imperador e membros da corte (Figura 5). Vale ressaltar que, para ocuparem os 210 prazos destinados para aforamento do total de 216 prazos da Villa Imperial o relatório provincial determinava que: “estes prazos tem naturalmente de ser ocupados por negociantes, artistas, e pessoas da corte, que quizerem passar o verão no clima temperado da serra” (BRASIL, 1846).

Assim, a Villa Imperial concentrava majoritariamente pessoas ligadas a corte imperial de origem portuguesa e por essa razão foram registrados nomes de ruas e praças dentro dos limites da Villa Imperial em homenagem a membros da família imperial brasileira. Alguns exemplos de ruas são: Rua

Dona Januária em homenagem a irmã do imperador Dom Pedro II; a própria Rua do Imperador em homenagem ao governante brasileiro Dom Pedro II; Rua da Imperatriz em homenagem a imperatriz Teresa Cristina; Rua do Bourbon em referência a Casa Real de Bourbon.

No que se refere as praças, a exceção de três que se encontravam localizadas dentro dos limites da Villa Imperial (praça de São Pedro de Alcântara; Praça Dom Affonso; Praça do Imperador), todas as demais 11 eram com nomes de origem germânica (Praça Woerstadt; Praça de Maoinz; Praça de Munster; Praça de Nassau; Praça de Coblenz; Praça Wisbaden; Praça de Trier; Praça de S. Goar; Praça de Ingelheim; Praça de Bingen; Praça Kreuznach).

Curiosamente, nesse sentido, não há registro de nomes de origem germânica na Villa Imperial. Como pode ser observado no destaque das figuras 5 e 6, na Villa Imperial tanto os nomes geográficos registrados na Planta Koeler – 1846 quanto nos nomes geográficos da Planta Otto Reimarus – 1854 há somente registros de nomes de origem portuguesa.

Outra determinação que constava no relatório provincial referia-se à ocupação dos prazos nos quarteirões imperiais mais distantes da Villa Imperial, que deveriam ser designados a lavoura, ou seja, ocupados pelos colonos alemães. Esta é a razão pela qual os quarteirões imperiais possuíam nomes de origem germânica, assim como suas praças. Os nomes atribuídos aos quarteirões imperiais em 1846: Palatinato Inferior; Westphalia; Nassau; Mosella; Rhenania Inferior; Rhenania Central; Castellania; Ingelheim; Bingen; Simmeria, faziam referência a locais de origem dos colonos instalados nas terras petropolitanas.

No que tange aos povos originários, este irá aparecer somente na denominação do rio Piabanha.

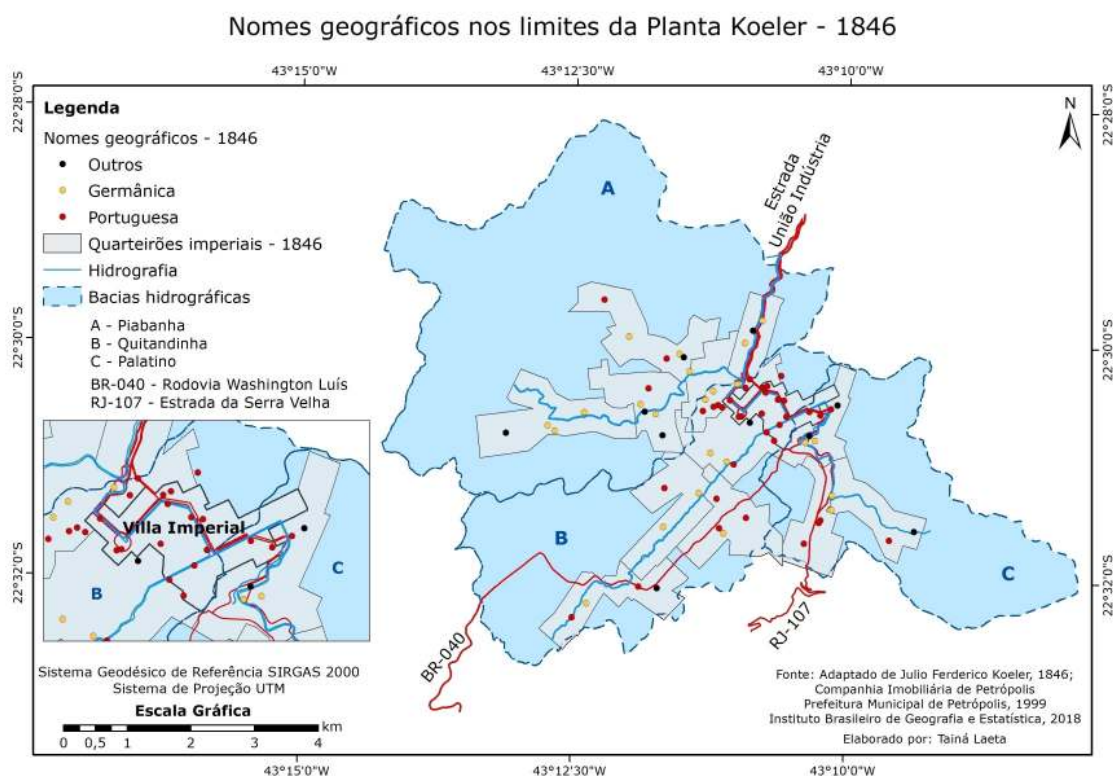


Figura 5 – Mapa dos nomes geográficos extraídos dentro dos limites da Planta Koeler – 1846. Fonte: Elaboração própria.

Nomes geográficos nos limites da Planta Otto Reimarus - 1854

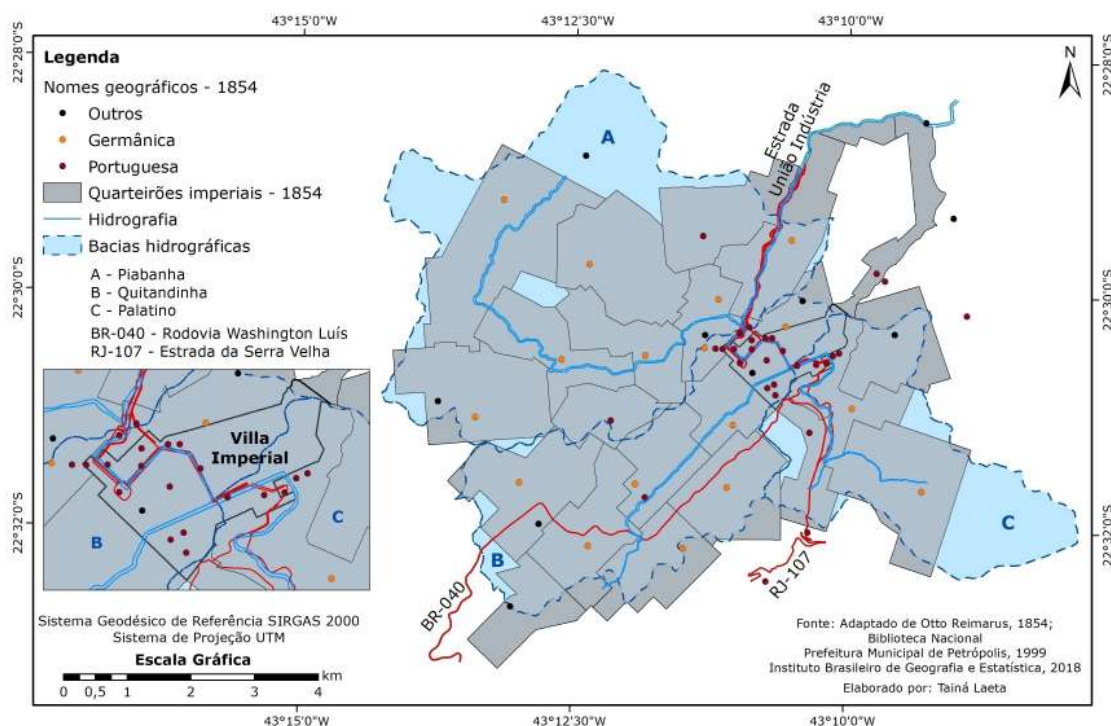


Figura 6 – Mapa dos nomes geográficos extraídos dentro dos limites da Planta Otto Reimarus – 1854.
Fonte: Elaboração própria.

Hoje os nomes geográficos de Petrópolis apresentam uma espacialização distinta daquela de aproximadamente dois séculos atrás.

O primeiro destaque é com o registro mais homogêneo dos nomes de origem portuguesa dentro dos limites das plantas histórico cartográficas. Desta maneira, não se observa preponderantemente a concentração de nomes geográficos portugueses nos limites da Villa Imperial. Segundo, observa-se a perda dos nomes geográficos de origem germânica para os quarteirões imperiais (Figura 7).

Alguns acontecimentos podem ter contribuído para essa alteração destacada acima. O caminho inicial feito para se chegar a Petrópolis era através da Variante do Caminho Novo, também conhecido como “Caminho Real das Minas Gerais”, “Caminho da Serra da Estrela”, ou mais popularmente como “Caminho do Ouro”, com sua construção finalizada no ano de 1725.

Em 1840 é aberta a Estrada Normal da Serra da Estrela (trecho da futura RJ-107), que passava por Villa Theresa, Palatinato Inferior, contornava a Villa Imperial e seguia para chegar as Minas Gerais. No ano de 1861 o imperador Dom Pedro II inaugura a estrada de rodagem denominada Estrada União Indústria (trecho da futura BR-040), ligando Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG). Hoje esse caminho é conhecido como “Estrada Velha da Estrela”. Essa entrada da cidade é marcada inicialmente pelo “Caminho do Ouro”, pela Estrada Normal da Serra da Estrela (1840) e pela Estrada de Ferro de Petrópolis (1854), onde todas culminavam nas cabeceiras da bacia do rio Palatino.

Posteriormente, no ano de 1928 é inaugurado um trecho da rodovia federal BR-040, trecho denominado localmente de Rodovia Washington Luís. Tal trecho é considerado a primeira rodovia brasileira asfaltada, mas somente no ano de 1980 é que de fato a BR-040, que liga Rio de Janeiro a Brasília, é inaugurada em substituição a Estrada União Indústria construída no século anterior pelo imperador Dom Pedro II. Com a construção do novo trecho da BR-040, que apresentava melhores condições de uso, foi levando quase que automaticamente ao desuso cada vez maior da “Estrada Velha da Estrela” (trecho da RJ-107). Assim é estabelecida uma nova entrada da cidade pela cabeceira do rio Quitandinha, em detrimento a antiga entrada pela bacia do rio Palatino.

Mas o que este fato implica nos nomes geográficos petropolitanos?

A figura 7 mostra que nas proximidades da entrada da cidade através do antigo caminho da Estrada União Indústria em comparação com a entrada hoje utilizada através da rodovia BR-040 há uma concentração muito maior de nomes geográficos. Isso se deve ao fato de que essa nova via de acesso a cidade possibilitou a abertura de outras vias de porte menor, mostrando também maior ocupação urbana. Tanto assim, que a maioria dos nomes geográficos registrados no ano de 1999 é referente ao grupo geográfico “rede viária” e seu identificador geográfico de “rua”.

Ou seja, nomes geográficos extraídos da base cartográfica de 1999 são provavelmente de origem portuguesa e do identificador geográfico “rua”, mostrando que a cidade no último século passou por intenso processo de expansão e ocupação dos seus limites urbanos, sendo constatado pelo registro nos quarteirões mais externos das plantas históricas pesquisadas.

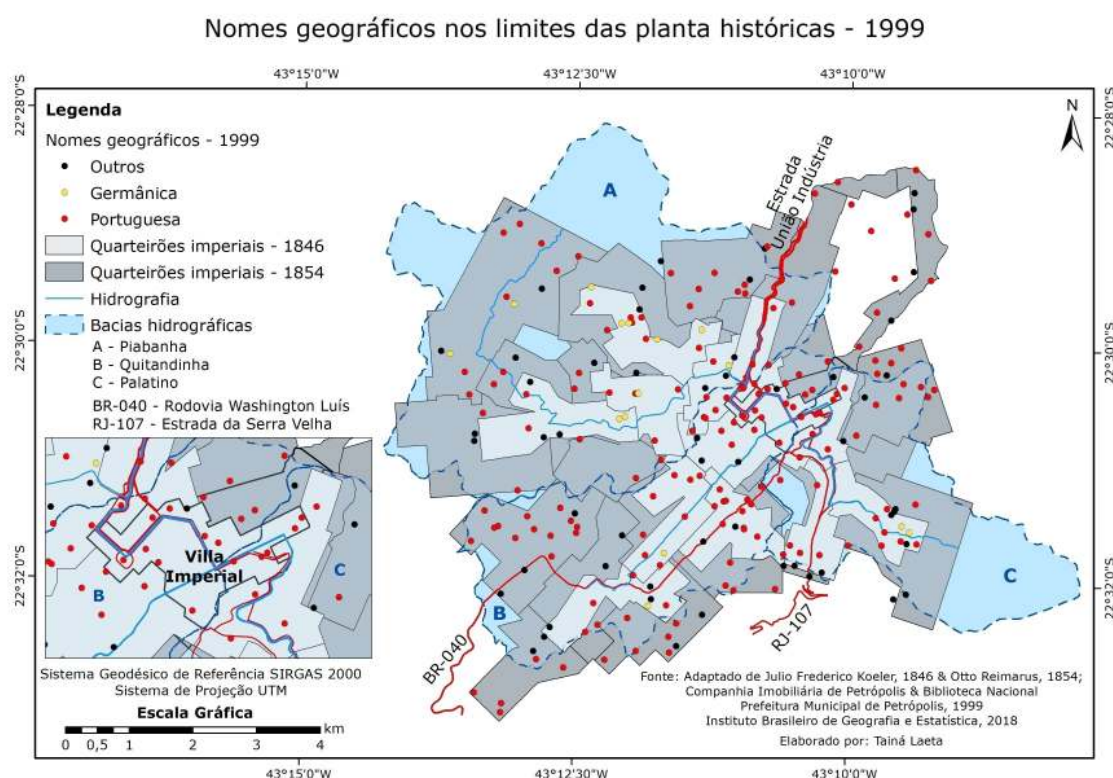


Figura 7 – Mapa dos nomes geográficos extraídos da base cartográfica de 1999, considerando os limites das plantas histórico cartográficas de 1846 e 1854. Fonte: Elaboração própria.

Para evidenciar a dinâmica espacial dos nomes de origem germânica e portuguesas nas plantas históricas e na base cartográfica, foram elaborados gráficos que ajudam a destacar tal dinâmica espacial a partir das bacias hidrográficas (Figura 8).

Mas por que considerar as bacias hidrográficas?

O traçado urbano de Petrópolis, e, assim, consequentemente, os prazos imperiais demarcados na Planta Koeler – 1846 e posteriormente aforados pelo decreto provincial (1846) foram norteados pelos três principais cursos d’água: Palatino (antigo Córrego Seco), Quitandinha e Piabanha, e seus tributários. Os três referidos principais cursos d’água nomeiam as três principais bacias hidrográficas na qual está contida toda a área gênese de Petrópolis.

A bacia do rio Palatino apresenta uma constância ao longo dos três recortes temporais, isto é, a predominância de nomes portugueses, que pode ser relacionado a primeira entrada de Petrópolis. Ou seja, a “Estrada Velha da Serra da Estrela”, identificada no mapa de 1846 como “Estrada Nova do Porto da Estrella a Minas Geraes” ser por esta bacia. Enquanto os nomes portugueses vão se mantendo em

valores relativos próximos, os de origem germânica vão diminuindo ao longo do tempo, o que pode ser associado as modificações iniciais traçadas por Koeler, frente a principal rota de entrada e saída do município que perdurou até a primeira metade do século XX.

O mesmo padrão se replica na bacia do rio Quitandinha. Os nomes de origem portuguesa se sobressaem em detrimentos dos demais, e isso se deve ao fato de que dentro dos limites dessa bacia se encontra o limite do quarteirão Villa Imperial, isto é, morada da família imperial brasileira, e onde se encontram maior quantidade de registros de nomes portugueses principalmente no grupamento geográfico de “rede viária”. No sentido temporal o comportamento também se repete, com os nomes germânicos decaindo ao longo do tempo, principalmente em relação a base cartográfica de 1999 onde a queda percentual é bastante significativa.

Porém, na bacia do rio Piabanha observa-se uma configuração diferente, com maior número de inscrição de nomes geográficos de origem germânica nos documentos históricos cartográficos, com exceção para o documento de 1999. Neste último, a exceção ocorre por conta da não renovação ou chegada de outros colonos alemães e em contrapartida a permanência de maior contingente populacional de descendentes portugueses.

Entretanto, ao se comparar o percentual de nomes germânicos nas três bacias fica nítida a resistência de nomes dessa origem na bacia do rio Piabanha, onde na base cartográfica de 1999 esses nomes geográficos são mais representativos se comparados as outras duas bacias. Essa característica de cristalização deste tipo toponímico está associada ao fato desta bacia não ser uma área de entrada de relevância do município até os dias de hoje. Ou seja, não há nesta bacia uma dinâmica de circulação que impulse alterações significativas na paisagem, assim como na estrutura toponímica.

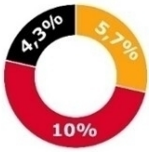
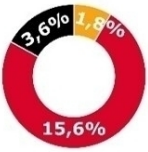
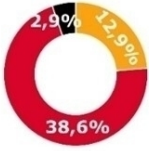
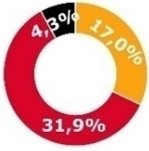
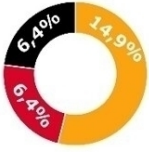
Origem dos nomes geográficos petropolitanos	Planta Koeler 1846		Planta Otto Reimarus 1854		Base Cartográfica 1999	
	Valor percentual	Valor absoluto total	Valor percentual	Valor absoluto total	Valor percentual	Valor absoluto total
Bacia Hidrográfica do Palatino 		14		9		47
Bacia Hidrográfica do Quitandinha 		38		25		91
Bacia Hidrográfica do Piabanha 		18		13		87
TOTAL	100%	70	100%	47	100%	225

Figura 8 – Gráficos com valores percentuais da origem dos nomes geográficos nas plantas históricas de 1846 e 1854, e na base cartográfica de 1999, divididos pelas bacias hidrográficas dos três principais cursos d’água da área gênese de Petrópolis: bacias do Palatino, Quitandinha e Piabanha. Fonte: Elaboração própria.

Desta maneira, os gráficos mostram em uma leitura geral que os nomes geográficos com origem germânica foram retrocedendo, enquanto os nomes geográficos de origem portuguesa sofreram acréscimo. A ressalva está na bacia hidrográfica do rio Quitandinha porque há na Planta de Otto Reimarus – 1854 um aumento de 10 quarteirões, onde a maioria desses quarteirões têm nomes de origem germânica. Ainda se acrescenta que a diminuição dos nomes geográficos de origem germânica

nas bacias hidrográficas dos rios Piabanha e Quitandinha reside na abertura de novas vias de acesso a cidade.

CONCLUSÃO

A espacialização dos nomes geográficos petropolitanos, evidencia que os nomes geográficos de origem germânica foram se perdendo, desaparecendo ao longo dos anos. Já os nomes geográficos de origem portuguesa foram se cristalizando na paisagem urbana de Petrópolis.

Como discutido, alguns fatores contribuíram para tal configuração. O primeiro deles foi a descontinua manutenção de colonos alemães para Petrópolis, levando a prevalecer os nomes geográficos de origem portuguesa, visto que o Brasil foi colônia portuguesa e posteriormente passando a categoria de império.

O segundo fator está na abertura de novas vias de chegada a cidade, que promoveu uma diminuição ao longo do tempo desses nomes, principalmente nas bacias do Palatino e Quitandinha associadas a essas entradas. Essa diminuição foi menos sentida na bacia do rio Piabanha, onde não têm registros de vias de acesso de notória importância.

Esse quadro pode ser revertido em face ao projeto da “nova subida da serra de Petrópolis”, que prevê que a porta de entrada da BR-040 seja migrada da bacia do rio Quitandinha para a do Piabanha. Assim, com o estabelecimento desta nova estrutura viária, é possível que os nomes germânicos darão cada vez mais espaço a outras origens toponímicas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa de doutorado, a qual foi desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação (CAPES/MEC). Agradeço a Companhia Imobiliária de Petrópolis e a Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional em nome da servidora e bibliotecária Maria Dulce de Faria, por cederem os documentos cartográficos utilizados. Também agradeço ao Arquivo Nacional por disponibilizar o documento histórico Decreto Imperial nº 155.

REFERÊNCIAS

- ARBOS, Phillipe. Petrópolis, Esboço de uma Geografia Urbana. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, ano IV, n. 38, p. 133-146, 1946.
- COSTA, Antônio Gilberto. Registros do Caminho Novo para as Minas de Ouro nos Mapas Antigos. In: VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga: Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2015. p. 85-100.
- CRÓSTA, Álvaro Penteado. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992 (4ª reimpressão, 2002). 170p.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990. 387p.
- FERNANDES, Manoel do Couto; HEESOM, David; FULLEN, Michael A.; ANTUNES, Fernando. Flood Dynamics: A geoeological approach using historical and giscience in the city of petrópolis (Brazil). In: European Journal of Geography. Wardamme, vol. 11, n. 1, p. 73-92, 2020.
- FERNANDES, M. C.; LAETA, T.; SANTOS, D. F. dos; MENEZES, P. M. L. de. Cartographic memory preservation of the Petrópolis City in Brazil: Koeler map scanning using photographic survey. In: PETERSON, M. P. (ed.). Advances in cartography and GIScience: lectures notes in geoinformation and cartography. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 3-19.
- FRÓES, Carlos Oliveira. Petrópolis – A Saga de Um Caminho – O Caminho Novo (Capítulo 1). Tribuna

de Petrópolis. In: Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis: 2006. Disponível em: . Acessado em: 04 abr. 2017.

FRÓES, Gabriel Kopke. Algumas Datas Anteriores a 17 de Junho de 1859. Acervo Histórico Gabriel Kopke Fróes, 1953. In: Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 11p., 2002. Disponível em: . Acesso em: 14 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: . Acesso em: 07 set. 2023.

LACOMBE, Americo Jacobina. Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis – memória apresentada ao III congresso de história nacional em 1938. Petrópolis: Typographia Ypiranga, 1939. 76p.

LAETA, Tainá; FERNANDES, Manoel do Couto; FERNANDES, Mário Gonçalves. A Cartografia Histórica de Petrópolis e uma análise geográfica sincrônica para o século XIX (1846-1861). In: Revista Cartográfica (Instituto Panamericano de Geografia e História). Cidade do México, n. 106, p. 147-168, 2023.

LAETA, Tainá & FERNANDES, Manoel do Couto. Koeler, Reimar e Taunay: três documentos históricos cartográficos da cidade imperial de Petrópolis e seus propósitos. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, v. 1, p. 163-185, 2021a.

LAETA, Tainá. Cartografia Histórica da Imperial Cidade de Petrópolis: subsídios para uma análise de Geografia histórica no século XIX (1846-1861). Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021b. 334p.

LAETA, Tainá; FERNANDES, Manoel do Couto. Cartografia Histórica de Petrópolis (RJ): levantamento dos documentos cartográficos no período de 1846 a 1861. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTORICAL CARTOGRAPHY, 6., 2015, Braga. Atas [...]. Porto: Faculdade de Letras/Universidade do Porto, 2015. p. 151-164.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, 1963. 454p.

MENESES, Paulo Roberto & ALMEIDA, Tati de (Organizadores). Introdução do Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2012. 276p.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Roteiro de Extração de Nomes Geográficos em Mapas Antigos ou Históricos. Notas de aula. Laboratório de Cartografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. In: Portal da Cartografia. Londrina, v. 1, n. 1, p. 75-92, 2008.

NEVES, Flavio Menna Barreto & ZANATTA, Eliane Marchesini. Traços de Koeler: a origem de Petrópolis a partir da planta de 1846. 1ª edição. Petrópolis: Globalmídia Comunicação, 2016. 235p.

RABAÇO, Henrique José. História de Petrópolis. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985. 140p.

RYBEROLLES, Charles. Brazil Pittoresco: historia, descrições, viagens, instituições – colonização. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859. 190p.

SANTOS, Márcia Maria Duarte; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto. A Capitania de Minas Gerais no Início dos Oitocentos, Segundo a Cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas? In: Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte, v. XX, p. 267-300, 2011.

SANTOS, Márcia Maria Duarte; MENEZES, Paulo Márcio Leal; COSTA, Antônio Gilberto. Georreferenciamento de Mapas Históricos: finalidades e procedimentos. In: Geografias. Belo Horizonte, vol. 05, n. 02, p. 23-35, 2009.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 190p.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Documentos Cartográficos

BRASIL, 1843. Decreto Imperial, número 155 – referente ao arrendamento da Fazenda Corrego Secco ao Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler na data de 16 de março de 1843. Archivo Publico Nacional – Rio de Janeiro.

BRASIL, 1846. “Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1846 a 1847. Nictheroy, em 1º de maio de 1846.”. Center of Research Libraries – Brazilian Government Document Digitalization Project. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/776/000079.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Documentos Cartográficos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro). Base Cartográfica Contínua do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:25.000 – BC25_RJ. Rio de Janeiro: IBGE – Diretoria de Geociências (DGC)/Coordenação de Cartografia (CCAR), 2018. Projeto RJ25. Escala 1:25.000. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc25/RJ/. Acesso em: 01 mai. 2021.

KOELER, Julio Frederico. Planta de Petropolis – 1846. Petrópolis: Companhia Imobiliária de Petrópolis, 1846. Litografia desconhecida, 128,9 x 128,2 cm. Escala gráfica de 500 brassas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (Petrópolis). Base Cartográfica do Município de Petrópolis. Petrópolis: Secretaria de Planejamento e Urbanismo, 1999. Escala 1:10.000.

REIMARUS, Otto. Planta da Imperial Colonia de Petropolis – reduzida para guia dos visitantes – 1854. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1854. Lithographia. Imperial de Resenburg. 1854, 29,4 x 41,2 cm. Escala gráfica de 3.000 Braças. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176710/cart176710.jpg. Acesso em: 13 jul. 2015.

Afiliação dos Autores

Laeta, T. - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Fernandes, M.C. - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Contribuição dos Autores

Laeta, T. - O autor elaborou todo o texto.

Fernandes, M.C. - O autor elaborou todo o texto.

Editores Responsáveis

Jader de Oliveira Santos

Lidriana de Souza Pinheiro